

Argentina revê suas metas em acordo com Fundo

Ricardo Kirschbaum

BUENOS AIRES — O governo argentino divulgou ontem à noite um novo memorando de entendimento com o Fundo Monetário Internacional, que endossa as medidas de ajuste antiinflacionário lançadas há poucas semanas pelo presidente Raúl Alfonsín. O novo déficit fiscal acertado com o FMI será de 4,4% do Produto Interno Bruto, ao contrário dos 2% do PIB previstos no memorando anterior, que agora passam a ser a meta para 1988. Este memorando é a segunda modificação feita pela Argentina — a primeira foi em julho — nas condições acertadas com o Fundo para obtenção de um empréstimo *stand-by* de 1,42 bilhão de dólares em fevereiro.

Para reduzir o déficit fiscal, o documento faz referência à reestruturação das empresas públicas, à absorção pelo governo das dívidas dessas empresas e o fim do monopólio estatal dos serviços. Com este objetivo, haverá uma privatização parcial de serviços de telecomunicações e se aprofundará a reforma da política petrolífera. O memorando ressalta as medidas adotadas no último plano econômico — reajustes variados e novo congelamento — e no tocante aos juros assinala que durante o processo de redução de expectativas inflacionárias e amadurecimento dos efeitos positivos do ajuste fiscal será necessário manter taxas altas em termos reais, porém declinantes no decorrer do tempo.

Locaute — A brusca queda nas vendas do comércio, que chegou a 35% em outubro em comparação com o mesmo mês em 1986, pode forçar os comerciantes argentinos a realizarem um locaute de protesto. O alerta é do presidente da Federação do Comércio de Buenos Aires, Osvaldo Cornide, que qualificou o plano de ajustes do governo como "recessivo".

Hoje, a poderosa Confederação Geral do Trabalho (CGT), dominada pelos peronistas, decide a data da próxima greve geral de 36 horas contra a política econômica oficial. Será a décima greve geral desde que Alfonsín assumiu, em dezembro de 1983.